

# PRIMEIROS SOCORROS NAS ESCOLAS: AÇÃO DO ENFERMEIRO NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Gisele Aparecida Pereira Araújo<sup>1</sup>  
Everaldo Rodrigues da Silva Júnior<sup>2</sup>  
Géssica Gonçalves Rodrigues Fonseca<sup>3</sup>  
Saulo Saturnino Sousa

## RESUMO

A educação em saúde é vista como processo educativo que envolve as relações entre os profissionais da área de Saúde e grupos que necessitam de construir seus conhecimentos. As escolas são consideradas um espaço fundamental na formação integral das crianças e adolescentes o que permite um trabalho de educação em saúde bastante satisfatório. No entanto, diante das diversas atividades desenvolvidas e o tempo que esses discentes permanecem neste local, origina-se um ambiente propício para acidentes. O presente artigo tem como objetivo identificar na literatura a atuação do enfermeiro frente às ações educativas em primeiros socorros nas escolas. Após análise dos achados permitiu uma reflexão sobre casos de acidentes no âmbito escolar e o impacto da assistência de enfermagem através da educação em saúde no atual cenário. Trata-se de um estudo descritivo, analítico, crítico e reflexivo sobre o tema proposto. Nota-se a importância de uma ação educativa aos estudantes o que garante uma assistência de qualidade em primeiros socorros nas instituições de ensino.

**Palavras-Chave:** Primeiros Socorros; Enfermeiro; Educação em saúde; Escola.

---

<sup>1</sup>Aluno(s) do curso de Enfermagem, 10º período, da Faculdade Promove

<sup>2</sup>Professor orientador da disciplina de TCC das faculdades Promove

<sup>3</sup>Professor coorientador da disciplina de TCC das faculdades Promove

## INTRODUÇÃO

A infância e a adolescência é um período de transição e desenvolvimento físico e psíquico uma etapa da vida associada à fase adulta, onde há momentos de descobertas de um novo mundo repletos de escolhas e responsabilidades e isso promove sentimentos de insegurança e ansiedade, uma vez que são diversos padrões e comportamentos determinados pela sociedade (AQUINO, 2016).

De acordo com Fernandes (2021), os alunos em sua jornada diária estão inseridos em um ambiente educacional, espaço este onde estão em busca de um processo de interação, desenvolvimento e formação. A escola passou a ocupar um lugar de destaque na sociedade tanto na construção de conhecimento, como também na responsabilidade pelo aprimoramento e capacitação de pessoas. É considerado como cenário importante e satisfatório para desenvolver projetos de educação em saúde para jovens e adolescentes. O conhecimento é algo que pode ser dissipado de várias formas sendo crucial para a formação dos indivíduos em diversos aspectos.

Os alunos tendem a ter uma permanência prolongada no recinto educacional, o que promove o ajuntamento desses estudantes em externizar suas criatividade e exercícios físicos como correr, pular, entre outros. Entretanto pode ser considerado um local propício para a ocorrência de acidentes, entende-se que os maiores índices de incidência ocorridos nas escolas, transcorrem em locais como corredores, escadas, rampas, banheiros e entre outros (BRANCO, 2020).

Dentre os acidentes mais frequentes, evidenciam-se as quedas, fraturas, escoriações, cortes com vidros e choques elétricos. Para minimizar a ocorrência desses eventos durante a infância e a adolescência, o Ministério da Saúde MS em 2001, outorgou a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por acidentes e violências, e designa normas e responsabilidades institucionais que valorizam diversos modelos referentes à promoção e prevenção de agravos à saúde (ALENCAR, 2021).

O Sistema Único de Saúde SUS é uma norma pública brasileira, trazendo em sua política diversos modelos relacionados em sua estruturação a promoção e prevenção, considerado como principal meio de acesso à saúde, e compreende-se como um dos maiores e mais completos sistemas do mundo, para atender de forma centralizada e integral mediante a

Atenção Primária à Saúde APS onde-se caracteriza por um conjunto e diversas ações relacionados à saúde, que atua no âmbito individual coletivo, e engloba a promoção, proteção e a prevenção de agravos à saúde, tem como objetivo desenvolver atenção para e todos e que resulte positivamente na saúde da população. Isso significa dizer que a APS atua na organização dos fluxos e nos serviços de saúde. Com a existência de diversas estratégias governamentais relacionadas à Estratégia de Saúde da Família (SILVA, 2019).

Tem-se como estratégias governamentais do SUS as políticas e os programas estabelecidos Conforme o Decreto nº 6.286, elaborado em 2007 no dia 5 de dezembro, que implementa o Programa Saúde na Escola PSE, desenvolvido pela Estratégia de saúde da família que objetiva à integração e articulação da educação e saúde, possibilitando melhor qualidade de vida assim bem como no desenvolvimento e formação dos discentes através de ações como promoção, e cuidados à saúde, na rede pública de ensino, com ênfase no enfrentamento de riscos e vulnerabilidades que comprometem o crescimento e desempenho dos estudantes (SOUSA, 2016).

O Ministério da Saúde, com a efetivação de políticas que se baseiam na prevenção e cuidados, decretou em 1989 no dia 12 de dezembro o Programa Saúde do Adolescente o PROSAD, com institui promover e proteger a saúde da criança em conjunto a assistência integral do adolescente por meio da criação com objetivo em promover a saúde com a identificação de grupos de riscos e a detecção precoce de agravos, em 2015 foi criado a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança o PNAISC, com institui promover e proteger a saúde da criança por meio da assistência e cuidado apropriado para a reabilitação contribuindo para crescimento e desenvolvimento da população (SONHEM et al, 2020).

Em vista dos riscos de acidentes acontecidos nas escolas, em sua maioria, as pessoas que estão presentes no local do evento geralmente não são profissionais aptos para atender a vítima com a maior destreza e técnica necessária. O atendimento aplicado em tempo hábil, através de manejo adequado e específicos de primeiros socorros possibilita à vítima a ascendência de vida (ABREU, 2019). O ensino de primeiros socorros é um elemento crucial para o processo de aplicabilidade e elaboração de práticas, e socorro a vítima, principalmente quando voltados para a rede de ensino para as crianças e os adolescentes no ambiente escolar, onde se permite meios de socialização e trocas de conhecimentos que serão utilizados em

diversas atividades diárias dos alunos, e até mesmo no decorrer de suas vidas (NETO et. al, 2017).

Conforme a criação da Lei 13.722/18 Lei Lucas de 04 de outubro de 2018, foi sancionada devido a um acidente ocorrido em uma escola de ensino básico em Campinas São Paulo em 2017, e rege sobre a obrigatoriedade da efetivação do ensino em primeiros socorros nas escolas, voltados para profissionais e funcionários da rede de ensino pública e privada (BRASIL, 2018).

Segundo Camboin (2016), os primeiros socorros é definido como cuidados assistenciais e imediatos a vítimas em circunstâncias de riscos iminentes ou até de morte ou qualquer tipo de sofrimento, e pode ser realizado por qualquer pessoa ou profissional a fim de manter seus parâmetros vitais preservados até a chegada do serviço especializado. A falta de atendimento, ou atendimento inadequado em uma situação de urgência e emergência pode levar a morte ou promover o agravamento da vítima (FERNANDES, 2014). Para um o atendimento mais avançado o mesmo só poderá ser realizado por um profissional com treinamento amplo e adequado para a execução das práticas de primeiros socorros regulamentadas conforme o Ministério da Saúde.

Diante dos acidentes que podem ocorrer nas escolas, a deficiência de informação e conhecimento dos alunos é visto como uma dificuldade é um problema de saúde pública. É considerado indubitavelmente a necessidade de abordar ações educacionais sobre primeiros socorros no recinto escolar. Neste momento cabe ressaltar a relevância de um profissional específico para trabalhar a educação em saúde na escola com ênfase em primeiros socorros voltados às crianças e adolescentes (FALKENBERG et al, 2014).

Com o intuito de analisar e discutir este artigo tem-se como pergunta norteadora “Qual é a importância da atuação do enfermeiro nas ações educativas em primeiros socorros nas escolas?”

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Metodologia**

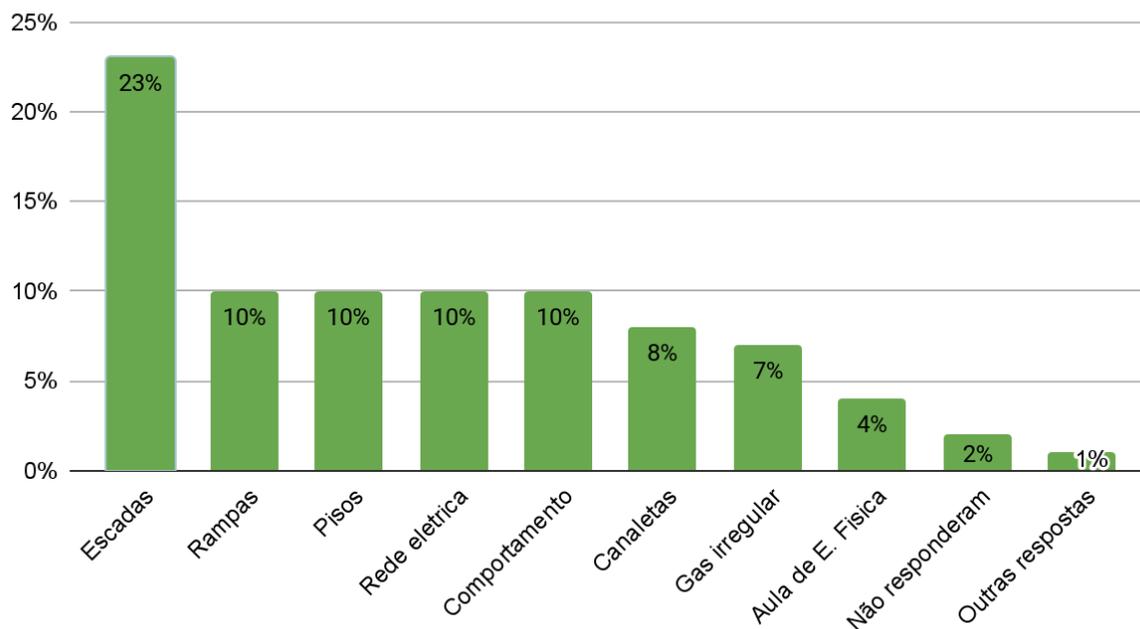
Refere-se a uma revisão bibliográfica integrativa. De acordo com Silva (2015), entende-se a revisão bibliográfica integrativa como método que abrange diversos estudos e ferramentas diferentes, tanto qualitativos como quantitativos, onde se permite avaliar estudos relacionados ao tema proposto. A pesquisa foi realizada a partir de seleções de artigos científicos publicados em, Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde, (BVS), entre os anos de 2014 a 2021. Foram encontrados artigos em Português, Inglês, e Espanhol. Para critério de exclusão de artigos publicados antes de 2014, artigos em outros idiomas, e artigos duplicados. Procedeu-se portanto para o critério de inclusão artigos na íntegra, publicados em português que tratassem do tema da pesquisa e que respondessem à pergunta norteadora. A revisão de literatura metodológica, indagou-se referências para a descrição da importância do enfermeiro frente às ações educativas sobre primeiros socorros no ambiente escolar. Após a exclusão de artigos duplicados e com outros idiomas, foi realizada a leitura de 28 artigos, que responderam à pergunta norteadora.

### **Acidentes e suas estatísticas no âmbito escolar**

Segundo Silva (2020), os acidentes são episódios evitáveis não premeditados e que ocorrem de forma repentina com possíveis danos físicos ou emocionais. Considerado como grave problema de saúde na população, em sua pesquisa Conti (2014), descreve sobre os principais causadores de acidentes que ocorrem dentro do ambiente escolar. Após entrevista com 85 pessoas, responderam sobre os principais locais de possíveis riscos dentro do ambiente escolar, refere-se que 23% dos acidentes ocorrem em escadas e 10% acontece nas rampas, 10% em pisos irregulares e escorregadios, em rede elétrica 10%, de acordo com o comportamento dos alunos 10%, 8% em canaletas sem proteção, central de gás irregular 7%, 4% nas aulas de educação física, 2% não responderam e 1% responderam outras respostas, logo abaixo apresentado através do gráfico 1.

Figura 1- Causadores de acidentes no âmbito escolar.

Figura 1- Causadores de acidentes no âmbito escolar em 2014



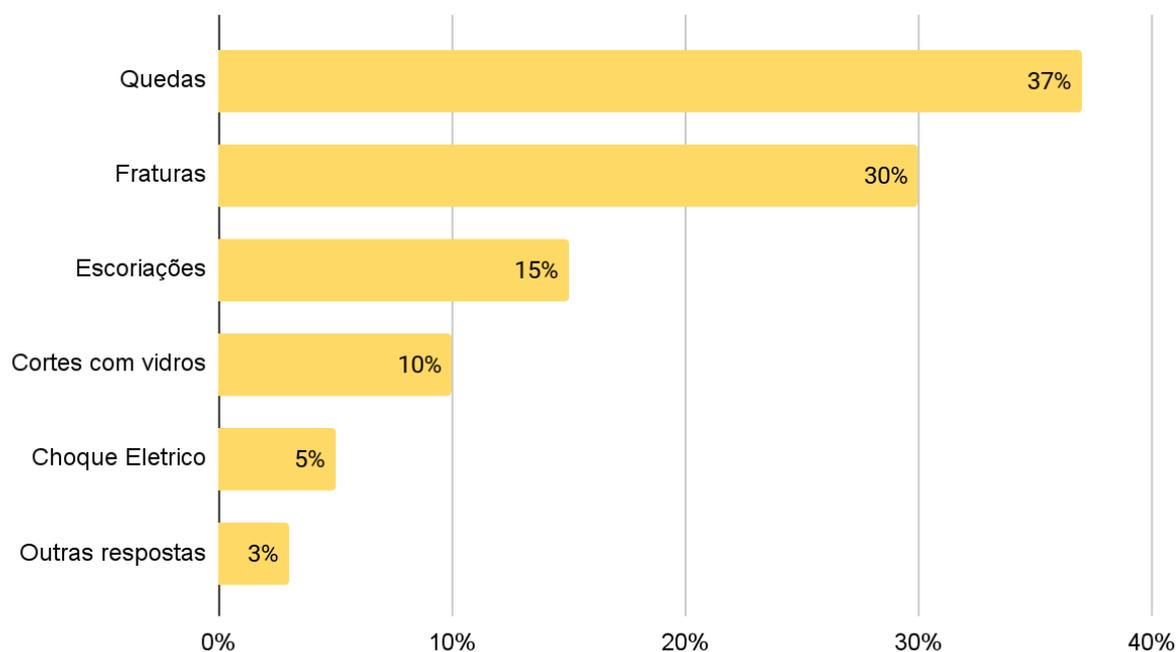
Fonte: (CONTI, 2014).

Após análise representativa da figura 1, é possível identificar os principais causadores de acidentes dentro da escola que mais afeta as crianças e os adolescentes de 01 a 14 anos. Após realização da entrevista com 85 pessoas, 23% dos acidentes ocorrem em escadas, que por vez é possível apresentar-se escorregadio, sem segurança, por falta de atenção, má estrutura física, assim bem como a idade que influencia e contribui para a ocorrência de acidentes como torções, quedas, 10% acontece nas rampas, 10% em pisos irregulares e 10% rede elétrica, 10% conforme o comportamento dos alunos, 8% nas canaletas sem proteção, 7% em central de gás irregular, 4% durante as aulas de educação física, 2% não responderam e 1% responderam outras respostas.

Segundo Conti (2014), conforme descrito no gráfico 2, ele discorre sobre os 05 principais acidentes mais comuns dentro da escola.

Figura 2- Acidentes mais comuns no ambiente escolar.

**Figura 2- Acidentes mais comuns no ambiente escolar 2014**



Fonte: (CONTI, 2014)

Observa-se através da representação da figura 2, que 37% dos acidentes mais frequentes afeta as crianças de 01 a 14 anos é a queda, diversos fatores podem desencadear a queda no âmbito escolar como correr, pular, brincadeiras infantis, pisos molhados e outros. Em seguida, temos 30% de fraturas, 15% escoriações, 10% cortes com vidros, 5% choque elétrico e 3% outras respostas.

Conforme descreve Ribeiro (2019), ainda que os acidentes acontecidos no ambiente escolar na maioria das vezes sejam impreteríveis, mas compreensíveis devido a fase de aprendizado e desenvolvimento dos alunos onde os mesmos possuem meios de comunicação, formas de transmitir conhecimentos entre si em decorrência da idade. No entanto trabalhar e articular com os discentes em relação a educação em saúde, e a autonomia para que os mesmos sejam capazes de discernir os locais perigosos, e como agir mediante os possíveis acidentes ocorridos na infância ou na adolescência e que podem deixar marcas para a vida toda, inclusive marcas físicas que podem ir desde lesões simples, a lesões mais severas ou até mesmo levar a vítima ao óbito (MESQUITA et al, 2017).

Nos dias atuais, há um bombardeio de notícias, que envolvem acidentes com adultos e crianças no ambiente escolar, o que requer um plano nacional da educação básica que

contempla assuntos básicos de primeiros socorros. No entanto percebe-se que a ausência deste plano específico reflete no número de agravos dos acidentes e mortes por falta de mão de obra qualificada, para atuar em casos de urgências. Podemos notar também que atualmente a unidade formadora da educação pública, possui dificuldades devido a insegurança ou falta de conhecimento técnico sobre a abordagem de primeiros socorros, para instruir as crianças e os adolescentes, para saber identificar e atuar de forma assertiva nos casos de desmaio, e asfixia, por exemplo (COELHO, 2015).

### **Primeiros Socorro**

Conforme descreve Novaes e Novaes (1994), citado por Batista (2018), os primeiros socorros teve origem no ano de 1859 na Suíça com o Jean Henry Dumant que teve como apoio Napoleão III, sua ideia era instruir as pessoas nas comunidades vizinhas para que ofertasse o atendimento aos feridos sem qualquer distinção de nacionalidade tendo como preceito a igualdade e a fraternidade.

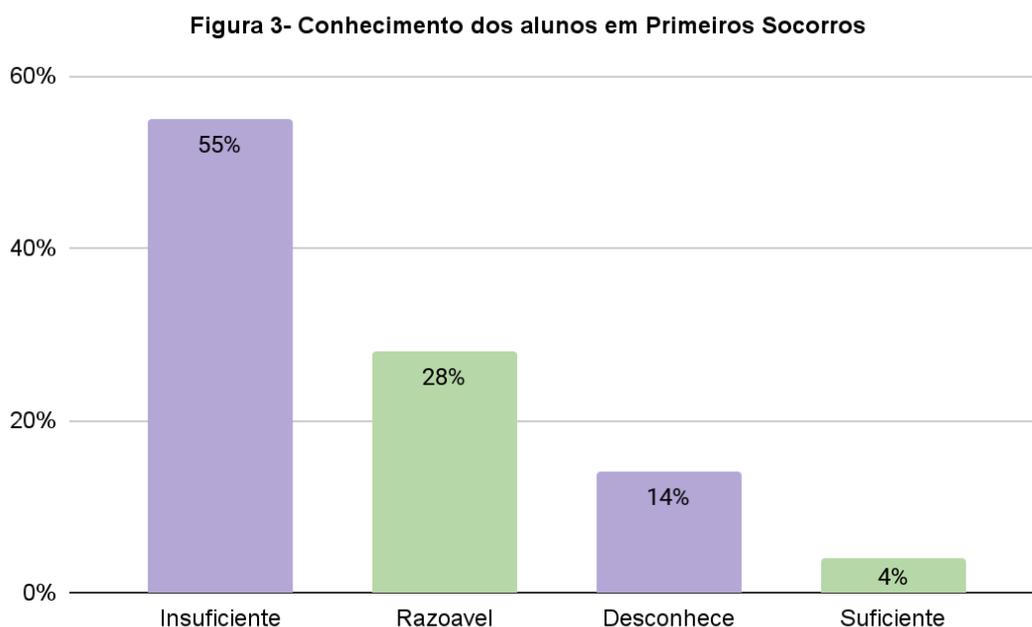
Segundo Nunes (2020), expõe primeiros socorros como o atendimento imediato à vítima que está ferida, ou exposta a riscos, que permite agir sob condutas necessárias para manter os sinais vitais em equilíbrio, até que o atendimento especializado por profissionais da saúde chegue até o local (NETO *et al*, 2015). Esta ação tem como finalidade garantir os parâmetros vitais e a vida a essa vítima. Todos os indivíduos podem prestar assistência de primeiros socorros, no entanto esta pessoa deve ter ciência de como aplicar as técnicas corretas diante da situação, solicitar ajuda e agir com calma e conforme o conhecimento e os limites que você tenha (BECKER, 2017).

O código penal brasileiro 135, descreve que a negligência de socorro e a falta de assistência eficiente são os principais causadores de morte e danos de difícil reversão às vítimas. Sendo que as primeiras horas após o acidente é primordial para evitar lesões e agravos de grande porte ou de grave potencial de morte (COELHO, 2015). A pessoa após acionar o socorro especializado, o mesmo de forma indireta já concede a assistência à vítima, ou seja, traumas e sequelas podem ser minimizados após os cuidados nos primeiros instantes aplicados de forma correta. Embora o medo e a insegurança sentida pelo grupo de docentes e discentes, salientou-se que a omissão de socorro à vítima é crime descrito no Código Penal Brasileiro.

Segundo Monteiro (2021), destaca-se a transcendência da informação e o conhecimento dos indivíduos ao acionar o serviço móvel de urgência o Samu, considerado este como uma estratégia de alta complexidade sendo indispensável para o funcionamento do serviço de saúde no Brasil, conforme titulado os princípios do SUS, tal serviço garante ações de prevenção, atenção individual e coletiva.

Segundo descreve Melo (2019), após sua pesquisa em relação a percepção dos alunos sobre a importância da abordagem de primeiros socorros no âmbito escolar, com participação de 80 alunos do Ensino Médio da Escola Estadual no município conhecido como Pão de Açúcar na cidade de Alagoas, realizado pesquisa em junho de 2017, discorre que 4% dos alunos possuíam conhecimento suficiente a respeito de primeiros socorros, 14% desconhece, 28% conhecimento razoável, e 55% dos alunos mostraram ensino insuficiente sobre o assunto. Descrito na figura 3.

Figura 3- conhecimento dos alunos em Primeiros Socorros

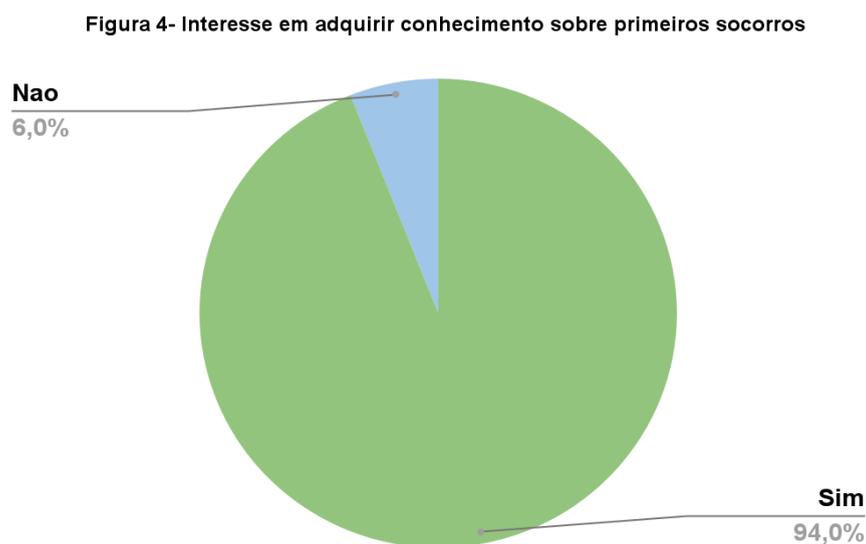


Fonte (Melo 2019)

De acordo com a representatividade da figura-3, é possível identificar que 55% dos alunos possuem conhecimento insuficiente sobre primeiros socorros embora os acidentes constata-se em qualquer lugar com qualquer pessoa, vale ressaltar que após aplicação e execução de manobras incorretas pode provocar sequelas permanentes e até o falecimento da vítima.

Em seguida observa-se que por meio da figura-4 da pesquisa refere-se que 6% dos alunos não têm interesse em obter conhecimento sobre primeiros socorros e 94% indica grande interesse em adquirir conhecimento sobre a temática.

Figura-4 Interesse em adquirir conhecimentos sobre primeiros socorros



Fonte: (MELO 2019)

O ensino de primeiros socorros ainda é insuficiente, levando em consideração o desconhecimento a respeito do assunto de primeiros socorros sendo que o auxílio às vítimas ainda ocorre pelo impulso de solidariedade, sem treinamento adequado, o que pode desencadear danos irreparáveis como traumas, paraplegias, e tantas outras sequelas. Torna-se evidente que as técnicas de primeiros socorros devem ser trabalhadas dentro do ambiente escolar seja ela pública ou privada, e os educadores devem buscar metodologias ativas e interativas para que desperte o interesse das crianças e adolescentes, em aprender de forma elementar o conteúdo teórico, estando aptos para atuar em situações reais (SILVA et al, 2017).

### **Os programas e as políticas públicas de educação e saúde na escola**

O Ministério de Saúde a fim de aplicar um modelo assistencial baseados nos princípios do Sistema Único de Saúde SUS, sugeriu em 1994 o Programa de Saúde da Família PSF, na atualidade titulado como Estratégia Saúde da Família ESF, considerado como Atenção

Primária e a principal porta de acesso para o cuidado, a acessibilidade, e a integralidade em função da prestação de cuidados e reorganização, da assistência em saúde, oferecendo inúmeros serviços, objetivando a orientação da prática assistencial centralizados a família.

A fim de minimizar os acidentes na infância, criou-se através do Ministério da Saúde a portaria MS/GM nº 737 de 16 de maio de 2001, que rege a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por acidentes, quedas, envenenamento, violências, e outros, estabelece responsabilidades institucionais que valorizam medidas referentes à promoção a saúde e à prevenção de acidentes (SOUTO, 2020).

De acordo com a necessidade de realizar ações educativas, voltados aos cuidados à saúde, foi criado no dia 5 de Dezembro de 2007, o Decreto Presidencial nº 6.286, que rege o Programa de Saúde na escola, o PSE ou seja é um regulamento intersetorial da saúde e educação, voltados para às crianças, adolescentes, jovens e adultos da rede pública brasileira unificados em promover saúde e educação integral. O principal objetivo deste programa é manter a articulação entre as escolas e atenção primária à saúde (APS), sendo este considerado como uma estratégia de ampliação da saúde e educação como principal acesso aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, que envolve a integração de ações e projetos a diversidade e a necessidade social, possibilitando o avanço da saúde universal e completa, dissipando para outros territórios (LOPES, 2018).

Segundo Couto et al. (2016), os programas e as políticas públicas de educação e saúde no ambiente escolar obteve-se por meio da iniciativa do Ministério da Saúde e da rede educacional através da articulação dos profissionais de saúde e os profissionais da rede de ensino. O Ministério da Saúde, decreta em 2010, diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde dos jovens e adolescentes com enfoque na promoção, preservação e recuperação da saúde, fundamentados na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde, tais diretrizes apresentam estratégias a serem empregadas para os profissionais da saúde para aprimorar e melhorar a qualidade de vida de todos, e compõem diferentes regulamentações do Sistema Único de Saúde (SUS), para atender as necessidades dos estudantes de acordo com as especificidades.

A partir da Lei nº 8.069, de 13 de de julho de 1990, o Ministério da Saúde, (MS) decretou no ano de 2015, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança o (PNAISC), com

objetivo de promover a saúde da criança mediante os cuidados integrais durante todo o período da gestação até os nove anos de idade, a fim de diminuir a morbimortalidade, por intermédio de um espaço adequado e sociável para a vida e para o desenvolvimento assim através da garantia da saúde e a proteção da criança e do adolescente tem-se por escopo leis e projetos integrados à promoção e prevenção a saúde (CARVALHO, 2021).

Neste seguimento o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, é visto como a principal norma do Brasil que garante os direitos da criança e do adolescente, de 12 a 18 anos reconhecendo as condições sociais e individuais, nota-se a preocupação das entidades públicas e privadas em garantir esses direitos, principalmente questões pertinentes aos acidentes e violências na infância. No Brasil, a princípio do século XX, foi enfatizado a educação em saúde, onde determina a convivência social e a higiene, além da aplicabilidade do primeiro atendimento com o objetivo de aumentar a sobrevivência da vítima (CASEMIRO et al, 2014).

Em síntese é importante ressaltar sobre a abordagem aos estudantes sendo devidamente receptiva, e acolhedora assim como respeitar seus direitos. Após compreender o estatuto da criança e do adolescente como direito que proporciona o crescimento e o desenvolvimento da população, elaborado no dia 12 de dezembro de 1989, o Programa Saúde do Adolescente o PROSAD, que dispõe-se a promover a saúde após a identificação de grupos de riscos e a detecção prévia de agravos, por meio da assistência adequada e reabilitação de forma integral, dos indivíduos de 10 a 19 anos considerado pelo Ministério da Saúde como período de transição e de desenvolvimento do adolescente (FREIRE, 2019).

Dessa forma, o espaço escolar torna-se essencial para o desenvolvimento e abordagem de programas relacionados à educação em saúde, promoção e prevenção, assim o Ministério da Educação associado ao Ministério da saúde se empenham em garantir melhor qualidade de vida para os estudantes da rede pública de ensino através do PSE, por meio de planejamentos e trabalhos para minimizar a morbimortalidade por riscos acidentes e violências. Notoriamente engloba ações do profissional enfermeiro em trabalhar e desenvolver programas conforme suas atribuições descritas na Política Nacional de Atenção Básica PNAB, com o intuito de promover um ambiente escolar mais adequado e seguro (VINAGRE,2019).

Segundo Araújo (2020), para complementar e assegurar a atenção da sociedade em relação aos acidentes no âmbito escolar foi criada a Lei 13.722/18 Lei Lucas de 04 de outubro de 2018, foi sancionada devido um acidente ocorrido em uma escola de ensino básico em Campinas São Paulo em 2017, com um aluno chamado Lucas Bengalli durante um passeio promovido pela escola, o mesmo veio a se engasgar com o lanche servido pela instituição, devido a falta de conhecimento sobre técnicas de primeiros socorros das pessoas ali presentes a criança no entanto decorreu para o óbito em consequência das complicações do acidente.

A lei é dividida em oito artigos e aborda os seguintes assuntos, a habilitação de professores e os funcionários, a forma de ministração dos cursos, quem aplicará os cursos, e a certificação do curso, aborda também sobre as penalidades, sobre as redes de integração de assistência, organização do atendimento, implementação e capacitação dos cursos, despesas de execução da lei, e finalmente a data para a lei se suceder (JESUS, 2015).

Conforme a Lei Lucas tornou-se obrigatório a habilitação de professores e funcionários a instituição de ensino deve possuir materiais de primeiros socorros de acordo com o preconizado de acordo com órgãos e entidades especializados em atendimento de urgência. A capacitação e preparo da rede pública será aplicada pela secretaria municipal de saúde, ou serviço especializado como Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU, ou Corpo de Bombeiro Militar, e de responsabilidade da rede privada de ensino, habilitar os funcionários por meio de profissionais especializados em primeiros socorros. Com isso o enfermeiro possui um papel fundamental para a implementação e dissipação do conhecimento a respeito dos programas de saúde na escola PSE, atuando na Política Nacional de Redução da Morbimortalidade, assim como na aplicabilidade da Lei Lucas (SOUSA et al, 2017).

### **Atuação do enfermeiro na ação educativa em primeiros socorros no âmbito escolar**

Diante da Lei nº 7.498, de 25 de 1986 em junho Cofen de (1986), discorre sobre o desempenho do profissional enfermeiro, que durante toda a sua formação atua no desempenho de ações de promoção de saúde pautadas em planejamento, sistematização, supervisão, execução e avaliação das funções assistenciais de enfermagem. Logo na execução de sua profissão o enfermeiro possui fundamentos teóricos e práticos apropriados para uma

assistência integral ao indivíduo, assim como trabalhar na educação continuada dissipando conhecimentos e informações visando à otimização da saúde (BARROS et al, 2022).

O enfermeiro propaga diversos projetos de educação em saúde na escola, semelhante às ações que sucedem na atenção primária, tais como, ações direcionadas à promoção da saúde, e prevenção de agravos (PERES et al, 2015).

Salienta-se que o enfermeiro por intermédio do programa PSE, possui acessibilidade para exercer essas ações descritas juntamente com sua equipe multidisciplinar, necessitando este participar de planejamentos e efetivação das atividades, como rodas de conversas, palestras, jogos interativos, acompanhamento nutricional dos estudantes realização de coleta de dados como antropometria, peso, altura, cálculo de IMC, atuando também na profilaxia controle de doenças, dentre outras avaliações. A educação e saúde no âmbito escolar tem sido bem conceituada com o objetivo de construir e ampliar o conhecimento acerca de facilitar o desenvolvimento de feitos que garante assistência e saúde de qualidade, através da promoção e saúde do indivíduo em sua totalidade contribuindo assim para ferramentas específicas de aprendizagem e autocuidado (FARIAS, 2016).

O enfermeiro, diante suas habilidades e fundamentos adquiridos durante sua formação, desenvolve ações de promoção, preservação e reabilitação da vítima. Nos primeiros socorros é capaz de atuar, delimitar e observar os riscos dispostos nos locais do acidente. Ele avalia e classifica o quadro clínico da vítima, mediante verificação dos sinais vitais, como pulsação, respiração, frequência cardíaca, identificação de fraturas e hemorragias, dentre outras. A competência do enfermeiro abrange não somente a avaliação física, mas sim, compreende o ser humano em sua totalidade (VASCONCELOS, 2017).

O enfermeiro possui conhecimento e formação para levantar possíveis diagnósticos situacionais, diante as dificuldades do ambiente, e dispõe ações que possivelmente solucionam dificuldades e os problemas através do ensinamento e a educação em saúde. A participação do profissional enfermeiro no ambiente escolar se torna crucial para a vida da criança e do adolescente, pois carecem de informação, e conhecimento sobre crescimento e desenvolvimento desse público (SILVA, 2016).

Lima (2021), descreve que no processo de desenvolvimento escolar onde estão inseridos os grupos discentes, surgem diversas dúvidas em relação aos diferentes aspectos relacionados à saúde. Diante o exposto o enfermeiro é um profissional relevante para agir nesse ambiente pois é capaz de abordar e preencher esses espaços de dúvidas, e integrar outros aspectos,

voltados para a promoção e educação, a fim de auxiliar na formação crítica, e centralizada do cidadão (VALERIO, 2015).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considera-se que a escola é responsável pelo desenvolvimento e formação dos discentes. Devido a permanência prolongada desses alunos no recinto escolar, este ambiente torna-se um lugar propício para a ocorrência de acidentes, e que em sua maioria podem ser evitados através da integração da informação, programas, e projetos voltados para a saúde e segurança dos alunos. Em virtude do estudo foi evidenciado a debilidade de conhecimento em primeiros socorros o interesse por parte dos alunos.

Com isso percebe-se a imprescindibilidade da atuação do profissional enfermeiro trabalhar a educação em saúde, a informação acerca de primeiros socorros, por meio da capacitação e do conhecimento desse grupo discente. Salienta-se que por meio da aplicação de técnicas corretas, é possível evitar sequelas ou até a morte da vítima, através de uma assistência de qualidade.

É perceptível a necessidade da atuação do profissional enfermeiro que possui conhecimento teórico e prático para o desempenho em ações de primeiros socorros como também para trabalhar a educação em saúde no âmbito escolar. A informação por meio da capacitação pode ser dissipada através de palestras, rodas de conversas, jogos interativos, e outros. É notório a atuação do enfermeiro na promoção da saúde, preservação da vida e prevenção de agravos no âmbito escolar, a fim de desencadear espaços educativos, diante a solidariedade, equidade, e assistência aos estudantes com ênfase no socorro básico de vida.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Mônica Resende, da Lapa Silva Vanessa. O atendimento prestado pelos professores em situações de emergência, às crianças na pré escola: confecção de uma cartilha ilustrada. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p.

1484-1503, 2021. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/2676>. Acesso em 01 de junho de 2022.

AQUINO Joana Margarida Gonçalves, et al. O perfil biopsicossocial do adolescente em consulta hospitalar – experiência de 8 anos de uma unidade de medicina do adolescente. **Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente**, Lisboa, v. 6, n. 2, p. 31–46, 2016. Disponível em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/rpca/article/view/2276>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

ALENCAR, Samira Valentim Gama Lira, et al. Segurança do paciente: representações sociais na visão dos profissionais da atenção primária à saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S. l.], v. 34, 2021. DOI: 10.5020/18061230.2021.11636. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/11636>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

ARAUJO, Arthur Braga Oliveira; ARAUJO, Romulo de Souza. **Segurança no ambiente escolar e estratégias para prevenção de acidentes: reflexões a partir de uma revisão narrativa**. Tese de Doutorado 2020. Acesso em 02 de julho de 2022.

BARROS, Alba Lucia Bottura Leite de et al. Processo de Enfermagem no contexto brasileiro: reflexão sobre seu conceito e legislação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, 2022. Acesso em: 03 de julho de 2022.

BRASIL. Código Penal Brasileiro. Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 828 p. <https://www.unaerp.br/documentos/3306-a-importancia-do-conhecimento-dos-primeiros-socorros-pelo-profissional-de-educacao-fisica/file>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

BRASIL. Lei Nº 13.722, de 4 de Outubro de 2018. Lei Lucas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, col. 1, 04 out. 2018. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113722.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113722.htm). Acesso em: 30 de junho de 2022.

BECKER, Kelly Emily, MOLINA, Flávia Castagnino. **Primeiros socorros nas escolas: opção ou necessidade?. anais do seminário internacional de educação (SIEDUCA)**, v. 2, n. 1, 2017. Acesso em: 01 de julho de 2022.

BATISTA, José Willamis do Nascimento. **O professor de Educação Física Escolar diante dos primeiros socorros**: uma revisão. 2018. Acesso em 03 de julho de 2022.

BEZERRA, Isaac Newton Machado et al. Práticas integrativas e complementares em saúde junto a profissionais da atenção primária. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, v. 32, 2019. Acesso em: 02 de julho de 2022.

CAMBOIN, Franciele Foschiera, FERNANDES Luciana Magnani. **Primeiros socorros para o ambiente escolar**. Porto Alegre: Evangraf, 2016. Acesso em 02 de julho de 2022.

CARVALHO, Laís Roncato Alves et al. Desafios à saúde da criança na Atenção Primária: revisão de literatura integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e47610111990-e47610111990, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11990>. Acesso em: 03 de julho de 2022.

CASEMIRO, Juliana Pereira, FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho, SECCO Fabio Vellozo. Promover saúde na escola: reflexões a partir de uma revisão sobre saúde escolar na América Latina. **Ciência & saúde coletiva**, v. 19, p. 829-840, 2014. Acesso em: 02 de julho de 2022

COELHO, Jannaina Pereira Santos Lima. “Ensino de Primeiros Socorros nas escolas e sua eficácia.” **Revista Científica do ITPAC** 8, no dia 7 janeiro 3 2015. Disponível em [https://assets.unitpac.com.br/arquivos/Revista/76/Artigo\\_7.pdf](https://assets.unitpac.com.br/arquivos/Revista/76/Artigo_7.pdf). Acesso em: 20 de setembro de 2021.

COUTO, Analie Nunes et al. O ambiente escolar e as ações de promoção da saúde. **Cinergis**, v. 17, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/8150>. Acesso em 14 de junho de 2022.

CONTI, Kesia Liriam Meneguel ZANATTA, Shalimar Calegari. **Acidentes no ambiente escolar: uma discussão necessária**. Cadernos PDE, v. 1, p. 2-17, 2014. Acesso em 03 de julho de 2022.

FARIAS, Isabelle Carolline Veríssimo de et al. Análise da intersetorialidade no Programa Saúde na Escola. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 40, p. 261-267, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/39ZTRdxxTHwsQx5hCdjWzjB/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 02 de julho de 2022.

FERNANDES, José Maria Gonçalves et al. **Ensino de suporte básico de vida para alunos de escolas pública e privada do ensino médio**. Arq Bras Cardiol, v. 102, n. 6, p. 593-601, 2014. Acesso em: 01 de julho de 2022.

FERNANDES Rita Fernanda Monteiro et al. **LEI LUCAS: Implantação da lei nas escolas do município de santo ângelo a partir de um projeto de extensão**. In: Congresso Internacional em Saúde. 2021. Acesso em: 02 de julho de 2022.

FREIRE, Brenda. **Conduta do enfermeiro na educação em saúde para adolescentes dentro da estratégia e saúde da família**. 2019. Acesso em: 03 de julho de 2022.

JESUS GUIMARÃES, Junior et al. O protagonismo do enfermeiro no ambiente escolar: a educação em saúde pode salvar vidas. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e22711124739-e22711124739, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24739>. Acesso em 26 de junho de 2022.

BRANCO, Emerson Pereira et al. Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 15, n. 34, p. 133-155, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/teixeira/Downloads/34781-122782-1-PB.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2021.

HÄMÄLÄINEN, Paivi; TAKALA, Jukka; KIAT, Tan Boon. Global estimates of occupational accidents and work-related illnesses 2017. **World**, v. 2017, p. 3-4, 2017. Disponível em: [https://www.wshi.gov.sg/~/\\_/media/wshi/posters/posterfile/s28\\_wesh2017-2323\\_global%20est\\_hamalainen\\_takala\\_tan.pdf](https://www.wshi.gov.sg/~/_/media/wshi/posters/posterfile/s28_wesh2017-2323_global%20est_hamalainen_takala_tan.pdf) Acesso em: 17 de novembro de 2021.

VINAGRE, Maria Graça; BARROS, Luísa. Os olhares de um grupo de adolescentes sobre os profissionais e os serviços de saúde. **CIAIQ 2017**, v. 2, 2017. <https://www.proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1228>. Acesso em 21 de junho de 2022.

JESUS, Albertino do Amparo; DE SOUSA, Adriana Maria. Treinamento em primeiros socorros para o leigo. **Revista Extensão & Cidadania**, v. 3, n. 5, 2015. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/2601>. Acesso em 19 de novembro de 2021.

LEI LUCAS: Veja um resumo da história e como ela surgiu. Getwet, 2020. Disponível em: <https://www.getwet.com.br/lei-lucas/>. Acesso em 25 de junho de 2022.

LIMA, Priscila Alvim de et al. Primeiros socorros como objeto de educação em saúde para profissionais de escolas municipais. **Rev. enferm. UFSM**, p. e10-e10, 2021. [https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=Moreira++%282021%29%2C+primeiros+socorros&btnG](https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Moreira++%282021%29%2C+primeiros+socorros&btnG). Acesso 02 de junho.

LOPES, Iraneide Etelvina, NOGUEIRA, Júlia Aparecida Devidé, ROCHA, Dais Gonçalves. **Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa**. Saúde em Debate, v. 42, p. 773-789, 2018. Acesso em: 03 de julho de 2022.

SOUTO, Lucia et al. Ideia SUS: **Saberes e práticas nos territórios do sistema único de saúde**. 2020. Acesso em 01 de julho de 2022.

MELO, Glória Valéria de Sousa Bandeira de et al. **Aspiração de corpo estranho em crianças: 22 aspectos clínicos e radiológicos**. Resid Pediatr, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.24-26, abr. 2015. Acesso em: 17 de novembro de 2021.

MELO, Clediane Silva et al. Percepção do conhecimento sobre primeiros socorros dos alunos do ensino médio em um município do estado de alagoas. **Entre Aberta Revista de Extensão**, v. 3, n. 1, p. 19-29, 2019. Disponível em:

<https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/entreaberta/article/view/1316>. Acesso em 27 de junho de 2022.

MESQUITA, Thalita Marques et al. Recurso educativo em primeiros socorros no processo ensino-aprendizagem em crianças de uma escola pública. **Revista Ciência Plural**, v. 3, n. 1, p. 35-50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/11464>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

MONTEIRO, Debora Lana Alves. Percepção dos usuários sobre a qualidade dos serviços na APS do estado da Paraíba: Estudo transversal 2021. Acesso em: 02 de julho de 2022.

NETO, Nelson Miguel Galindo et al. 5.3 Artigo Original 2: Construção e validação de cartilha educativa para professores sobre primeiros socorros na escola. **Centro de ciências da saúde departamento de enfermagem programa de pós-graduação em Enfermagem Mestrado Acadêmico**, p. 90, 2015. Acesso em 01 de junho de 2022.

NETO, Hilde Viana, et al. Estratégias de ensino de primeiros socorros a leigos: Revisão integrativa. **Revista Saúde UNG. São Paulo**. v 11. n 3-4. p 75-84. Junho. 2017. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/saude/article/view/2678/2397>. Acesso em: 13 de junho de 2022.

NUNES, Bruna Figueredo, MARTINS, Filipe. **Condições de Primeiros Socorros em Escolas do Litoral Sul de Santa Catarina**. Educação Física Licenciatura-Tubarão, 2020.

OLIVEIRA, Alessandra Silva Dias de et al. Co-occurrence of behavioral risk factors for chronic non-communicable diseases in adolescents: Prevalence and associated factors. *Revista de Nutrição*, v. 30, p. 747-758, 2017. **Revista de Nutrição**, 30(6), 747-758. <https://doi.org/10.1590/1678-98652017000600007>. Acesso em: 08 de Maio de 2022.

PEREIRA, Karine Chaves, *et al.* A construção de conhecimentos sobre prevenção de acidentes e primeiros socorros por parte do público leigo. **Revista de enfermagem do centro oeste mineiro Minas Gerais**. v 5(11). p 1478-1485. Jan/Abr. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/456>. Acesso em 09 de maio de 2021.

RIBEIRO, Márcia Gabriela Costa et al. Determinantes sociais da saúde associados a acidentes domésticos na infância: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, p. 265-276, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/RxJKNN37NxfvYMLK3yBbStG/abstract/?lang=pt>. Acesso em 02 de julho de 2022.

VOTH LOWEN, Ingrid Margareth et al. Managerial nursing competences in the expansion of the Family health strategy revista da escola de enfermagem da USP, vol. 49, núm. 6, diciembre, 2015, pp. 964-970 Universidade de São Paulo. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 49, n. 6, p. 964-970, 2015. Disponível em : [https://www.redalyc.org/pdf/3610/Resumenes/Abstract\\_361043059013\\_2.pdf](https://www.redalyc.org/pdf/3610/Resumenes/Abstract_361043059013_2.pdf). Acesso em 30 de junho de 2022.

SILVA, Larissa Graziela Sousa et al. Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar: intervenção em unidade de ensino. **Enfermagem em Foco**, v. 8, n. 3, 2017. Acesso em: 31 de maio de 2022.

SOUSA Airton, SOARES Antonia, LIMA Leonardo. Primeiros Socorros No ambiente escolar: Uma ação interdisciplinar. **Revista Form@ re-Parfor/UFPI**, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/parfor/article/view/5578/3286>. Acesso em 31 de maio de 2022.

SILVA, Aline, REIS Eliete, GREINERT Bruna. **Atuação do enfermeiro na promoção da saúde escolar**. In: Congresso Brasileiro Interdisciplinar na Promoção da Saúde 2016.

SOUSA, Marta Caires, ESPERIDIÃO Monique Azevedo, MEDINA Maria Guadalupe. A intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1781-1790, 2017. Acesso em: 28 de junho de 2022.

SEHNEM Graciela Dutra, ARBOIT Jaqueline. Educação em Saúde com o adolescente que vive com HIV/aids: diálogos sobre sexualidade. **O Social em Questão**, v. 23, n. 46, p. 233-256, 2020. Acesso em 21 de junho de 2022.

VASCONCELOS, Sidcleia Onorato Arruda et al. **Manobras de suporte básico de vida para desobstrução de vias aéreas em crianças**: construção de um folder explicativo. 2017. Acesso em: 17 de novembro de 2021.

VALÉRIO, Margarete. **A importância do profissional enfermeiro em uma instituição de educação infantil**: um estudo de caso sobre suas atribuições–Escola Municipal de Ensino Fundamental Senador Darcy Ribeiro–Porto Velho/RO. 2015. Acesso em: 02 de julho de 2022.